



REGULAMENTO INTERNO DE CONTRATAÇÃO E COMPRAS

Regulamento Interno do INSTITUTO TRANSFORMAR tem como finalidade fixar parâmetros a serem seguidos em todos os procedimentos de contratações e compras para atendimento de suas atividades

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Este Regulamento estabelece normas gerais sobre contratações pertinentes a obras, serviços, compras, locações no âmbito do INSTITUTO TRANSFORMAR- IT no Estado da Maranhão, visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa.

Parágrafo Único: O INSTITUTO TRANSFORMAR fica dispensado da observância do disposto neste Regulamento nas seguintes situações:

I Contratação de fornecedores ou prestadores de serviços com recurso próprio do Instituto, para fins de atender às demandas administrativas, incluindo-se despesas custeadas com a taxa de administração transferida pelo órgão contratante no bojo dos contratos de gestão celebrados;

II Nos casos em que a escolha do contratado esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

Art. 2º. Todos os valores, preços e custos utilizados nos processos de contratação terão como expressão monetária a moeda corrente nacional.

Art. 3º. O cumprimento das normas deste Regulamento destina-se a selecionar, dentre as propostas, a mais vantajosa e que atenda aos princípios da moralidade e boa-fé, probidade, impessoalidade, economicidade e eficiência, isonomia, publicidade, legalidade, razoabilidade e busca permanente de qualidade e durabilidade, bem como pela adequação aos objetivos da entidade.

Art. 4º. Todo o processo de compras, contratações e locações de que trata este regulamento deve estar devidamente documentado, a fim de facilitar o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos Contratos de Gestão, Convênios ou Termos de Parceria Firmados durante o exercício de suas atividades.

Art. 5º. O Instituto Transformar tem como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria; ao Conselho de Administração incumbe a função normativa superior em nível de planejamento estratégico, coordenação e controle globais e fixação de diretrizes fundamentais de funcionamento da ENTIDADE.

Art 6º . São atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:

- I. Definir o âmbito, os objetivos e diretrizes de atuação da entidade em conformidade com a lei competente;
- II. Aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;
- III. Aprovar a proposta de trabalho da entidade para fins de celebração do contrato de gestão da entidade;
- IV. Designar e dispensar os membros da diretoria, ou, no caso de associação civil, propor a destituição à assembleia geral da entidade;
- V. Designar e dispensar os membros das filiais e de unidades independentes, bem como constituir, dissolver ou fundir-las;
- VI. Aprovar por maioria simples de seus membros, regimento interno da entidade (ou diversos manuais que tratem do tema), que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;
- VII. Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa;
- VIII. Aprovar e encaminhar ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade e os demonstrativos financeiros e contábeis, elaborados pela diretoria executiva;
- IX. Fixar o número mínimo, não inferior a 2 (duas), de reuniões deliberativas no exercício financeiro;
- X. Fixar a remuneração dos membros da diretoria, respeitados os valores praticados pelo mercado, na região e setor correspondente à sua área de atuação;
- XI. Aprovar por maioria simples de seus membros, regulamento próprio contendo os procedimentos que a entidade deve adotar para a contratação de obras, serviços, contratação de pessoal, compras e alienações e para a concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, além de;
- XII. A proposta de alteração estatutária e de extinção da entidade;
- XIII. Pronunciar-se sobre assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria Executiva da entidade.
- XIV. Pronunciar-se sobre denúncia que lhe for encaminhada pela sociedade civil em relação à gestão e aos serviços sobre a responsabilidade da entidade adotando as providências cabíveis.
- XV. Deliberar sobre o pedido de retorno ao quadro societário, do associado que solicitou a exclusão voluntária, nos moldes do art. 26.
- XVI. Autorizar a alienação ou instituição de ônus sobre os bens pertencentes ao Instituto.
- XVII. Deliberar sobre a escolha dos membros da Diretoria, conforme art. 40 deste Estatuto.

Art 7º .A Diretoria Executiva do Instituto é o órgão responsável pela direção e execução de tarefas que digam respeito à gestão técnica, operacional, administrativa e financeira, sempre de acordo com os interesses e diretrizes do Instituto, e compor-se-á pelos seguintes membros:

I - Diretor Presidente;

II - Diretor Executivo.

Parágrafo único: As atividades de apoio à diretoria serão exercidas pelos seguintes agentes, podendo ser escolhidos da mesma forma que os membros da diretoria,

I - Tesoureiro; e

II – Secretário Administrativo.

Art. 8º. . Compete à Diretoria Executiva:

- a) Elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Geral o plano anual de atividades, zelando pela sua compatibilidade com o planejamento estratégico;
- b) Executar os planos diretores estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- c) Ajudar na elaboração do orçamento anual, e submetê-lo à aprovação da Assembleia Geral;
- d) Coordenar a elaboração e revisão do planejamento estratégico institucional, garantindo o seu cumprimento;
- e) Analisar, aprovar e avaliar os projetos, atividades e as parcerias do Instituto, de acordo com a linha de atuação definida no planejamento estratégico;
- f) Supervisionar os programas e projetos, bem como dirigir as atividades do Instituto;
- g) Supervisionar as funções administrativas e orçamentárias;
- h) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social do Instituto e o Regimento Interno;
- i) Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- j) Aprovar realocações de orçamento entre programas do Instituto;
- k) Compatibilizar as demandas externas e oportunidades com a capacidade interna de trabalho e as metas já previstas pelo Instituto;
- l) Nomear procuradores para representar o Instituto em negócios jurídicos, observado o disposto no art. 49 deste Estatuto;
- m) Aprovar propostas de criação e/ou aperfeiçoamento de políticas e processos administrativos, financeiros e de recursos humanos;
- n) Coordenar e responder pela articulação, reuniões e engajamento dos membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- o) Assegurar e favorecer a comunicação e integração das diversas áreas do Instituto;
- p) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, emitir cheques, autorizar transferências bancárias, endossar cheques, realizar ordens de pagamento no país ou fora do país, a ser depositado na conta bancária do Instituto bem como investir em fundos aprovados pelo Conselho de Administração.

Art. 9º. Compete ao Diretor Presidente:

- a) Encaminhar à apreciação do Conselho de Administração os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais do Instituto e a previsão orçamentária do exercício subsequente;
- b) Dirigir o INSTITUTO TRANSFORMAR, visando o pleno desenvolvimento de seus objetivos;
- c) Assinar acordos, ajustes, contratos de gestão, convênios, contratos administrativos, parcerias ou quaisquer outros atos dessa natureza que envolvam compromissos ou responsabilidades do Instituto, nos termos definidos pelo Conselho de Administração;
- d) Analisar a solicitação de inscrição do associado bem como o pedido de exclusão voluntária;
- e) Analisar e julgar os associados que infringirem as diretrizes deste estatuto sujeitando-os a depender do grau de violação ao artigo 22, às penas de suspensão de direitos ou exclusão do quadro societário;
- f) Convocar a instauração da Assembleia Geral;
- g) Analisar as solicitações de renúncia ou licença do cargo de conselheiros, submetendo quando necessário à Assembleia Geral a destituição dos respectivos cargos em razão de motivo grave definido no art. 53;
- h) Representar o Instituto ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive para a assinatura de contratos e na prática de quaisquer atos que importem a assunção de direitos, obrigações ou quaisquer responsabilidades para esta;
- i) Resolver os casos omissos neste Estatuto, submetendo-os à ratificação da Assembleia.

Parágrafo primeiro. Na hipótese de ausência do cargo de Diretor Presidente por mais de 90 dias, o Conselho de Administração poderá contratar temporariamente um profissional ou definir um associado que o substituirá até o seu retorno.

Art. 10º. Compete à Diretoria :

I Determinar e autorizar a abertura dos processos de contratação;

II Autorizar os casos de contratação direta;

III Contratar e celebrar acordos, ajustes, protocolos de intenção, parcerias, patrocínios e respectivos termos aditivos ou documentos equivalentes; e

IV Aplicar sanções.

Seção II – Do Processo de contratação de Obras e Serviços de Engenharia

Art. 11º. Os processos de contratação para a execução de obras e para a prestação de serviços de engenharia obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

I Projeto básico;

II Cronograma de execução das obras e serviços.

§1º Havendo necessidade de modificação no projeto básico, especialmente em relação aos quantitativos de itens, exigências técnicas e alteração qualitativa, as mudanças deverão estar registradas em nota técnica fundamentada, que será submetida à aprovação do setor técnico competente.

§2º Os contratos destinados à realização de obras e serviços de engenharia seguirão os regimes de execução definidos no projeto básico.

Art. 12º No projeto básico de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos:

I Segurança;

II Funcionalidade e adequação ao interesse público;

III Economia na execução, conservação e operação;

IV Possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;

V Adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas.

Art. 13º. O disposto nesta seção aplica-se também, no que couber, aos casos de contratos oriundos de contratação direta.

Seção III Dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados

Art. 14º. Para os fins deste Regulamento, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I Estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos;

II Pareceres, perícias e avaliações em geral;

III Assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

IV Fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

V Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

VI Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Capítulo II

DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 15. O procedimento de contratação compreende o cumprimento das etapas a seguir especificadas:

I Solicitação de compras ou contratação de serviços, com indicação da modalidade de contratação;

II Análise acerca da viabilidade do processo seletivo regular ou justificativa para a contratação direta;

III Publicação de ato convocatório do processo de seleção no site do Instituto para apresentação de propostas;

IV Sessão para recebimento, abertura e julgamento das propostas.

§1º Em havendo indicação da Diretoria Administrativa do INSTITUTO TRANSFORMAR pela modalidade de contratação direta, deverá ser realizada coleta de preços entre os fornecedores interessados, para homologação do menor valor, ou melhor técnica ou combinação entre técnica e preço constante em tal Convocação, mediante apresentação de propostas e documentos de qualificação que forem exigidos.

§2º Em havendo indicação da Diretoria Administrativa do INSTITUTO TRANSFORMAR pela modalidade de processo de seleção, o processo será remetido para confecção de instrumento de chamamento, que deverá respeitar o disposto nesse regulamento.

§3º O processo de seleção deverá contar com a participação de no mínimo 03 (três) propostas orçamentárias de diferentes fornecedores, apresentadas por escrito, preferencialmente em papel timbrado, sendo admitido o envio por email.

§4º O ato convocatório do processo seletivo deverá ser publicado com antecedência mínima de 03 (três) dias consecutivos da data limite para recebimento das propostas.

Art. 16. INSTITUTO TRANSFORMAR poderá manter cadastro de fornecedores interessados em contratar, os quais deverão encaminhar, via correios, email ou entregues diretamente na sede do Instituto, os seguintes documentos:

I CNPJ;

II Inscrição Estadual, quando houver;

III Contrato Social com as alterações ou Estatuto;

IV CCM – Comprovante de Contribuintes Municipal, quando houver;

V Licença de Funcionamento emitida pela Polícia Federal, quando aplicável;

VI Certidões conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União e a CND (Certidão Negativa de Débitos) emitida pelo INSS, Trabalhista, FGTS, Estadual e Municipal;

VII Procuração para o representante da contratada, quando não forem os seus sócios que assinarão o contrato.

VIII Demais documentos constantes na Convocação;

Seção I Da Contratação Direta

Art. 17. Poderá ser realizada a contratação direta nas seguintes hipóteses:

I Para obras e serviços de engenharia de valor global até 1% do valor mensal do Contrato de Gestão, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II Para outros serviços e compras de valor até 1% do valor mensal do Contrato de Gestão, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço ou compra de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

III Quando não acudirem interessados no processo de contratação anterior e essa não puder ser repetida sem prejuízo para o INSTITUTO TRANSFORMAR na execução de Contrato de Gestão, desde que mantidas as condições preestabelecidas, hipótese em que poderá o INSTITUTO TRANSFORMAR se utilizar da base de fornecedores cadastrados.

IV Quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional vigente;

V Para a locação de imóvel, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado;

VI Na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação do processo de contratação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distrato, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

VII Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

VIII Em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, hipótese em que também poderá o INSTITUTO TRANSFORMAR se utilizar dos fornecedores cadastrados.

Art. 18. A contratação direta também será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial nas hipóteses de: I Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo; II Contratação de serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, nas hipóteses previstas no artigo 10.

Seção II Do Processo de Contratação por Seletivo

Art. 19. O instrumento de chamamento conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I Objeto da contratação;

II Data, hora e local de abertura da sessão;

III Procedimentos e prazos para impugnações e recursos;

IV Minuta do Termo de Referência.

§1º A fase externa da contratação será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação no site do INSTITUTO TRANSFORMAR do instrumento de Convocação.

Art. 20. O INSTITUTO TRANSFORMAR não pode descumprir as normas e condições do instrumento de convocação, ao qual se acha estritamente vinculado.

§1º Qualquer empresa interessada em participar do procedimento de contratação poderá impugnar o instrumento de convocação ou de chamamento por irregularidade na aplicação deste Regulamento, protocolando o pedido até 02 (dois) dias antes da data fixada para a abertura da sessão.

§2º Decairá do direito de impugnar o instrumento de convocação ou de 7 chamamento o concorrente que não o fizer até o prazo definido no parágrafo anterior.

§3º Das decisões proferidas no âmbito dos processos seletivos, qualquer participante poderá interpor recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, a contar da intimação/publicação do ato impugnado.

Art. 21. Nos processos de contratação regidas por este Regulamento poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

I Menor preço;

II Melhor técnica;

III Melhor combinação de técnica e preço;

§1º Os critérios de julgamento serão expressamente identificados no instrumento convocatório.

Seção III Do Processo de Contratação com Base no Portal de Compras

Art. 22. No caso de compra de medicamentos e materiais hospitalares, o INSTITUTO TRANSFORMAR, preferencialmente, manterá contrato com Portal de Compras on line, para fins de escolha dos fornecedores com melhores preços, substituindo o procedimento de contratação previsto nos artigos anteriores, pela escolha do melhor preço cotado na Plataforma de Compra na data da compra.

Parágrafo único: Excetua-se do disposto neste artigo, algumas situações que porventura venham a dificultar a aquisição de materiais médicos e medicamentos, devendo a Diretoria Administrativa sempre primar pela garantia do acesso e o atendimento ao usuário.

Capítulo III DOS CONTRATOS

Seção I Da Formalização dos Contratos

Art. 23. Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Art. 24. São cláusulas necessárias nos contratos disciplinados por este Regulamento:

I 'As partes, o objeto e seus elementos característicos;

II O regime de execução ou a forma de fornecimento;

III O preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV Os prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e de recebimento;

V Os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades e valores das multas;

VI Os casos de rescisão do contrato e os mecanismos para alteração de seus termos;

VII A obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento de contratação;

VIII A previsão de reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

Art. 25. A duração dos contratos regidos por este Regulamento não excederá ao prazo de vigência dos Contratos de Gestão, Convênios ou Termos de Parceria pactuados entre o INSTITUTO TRANSFORMAR e o ente público que transfere os recursos.

Art. 26. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado sempre que demonstrado a vantajosidade econômica, quando o preço de mercado não seja inferior ao praticado pela contratada, observando o prazo máximo de acordo com o artigo acima.

Art. 27. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou ao INSTITUTO TRANSFORMAR, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Art. 28. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§1º O CONTRATADO é obrigado a respeitar a legislação tributária federal (LC nº 116/2003) bem como os Códigos Tributários Municipais de cada localidade que prestar serviço para o Instituto, recolhendo os impostos devidos.

§2º No ato de apresentação da Nota Fiscal para pagamento dos serviços, não havendo comprovação de recolhimento dos tributos, o INSTITUTO TRANSFORMAR irá proceder com a retenção e recolhimento dos impostos, e abatimento do valor devido.

§3º A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere responsabilidade ao INSTITUTO TRANSFORMAR, nem poderá onerar o

objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

§4º Em havendo qualquer fiscalização e autuação de obrigações trabalhistas, fiscais e comerciais, que por ventura responsabilizem o INSTITUTO TRANSFORMAR, deverá este proceder com a instauração de processo administrativo com vistas a apuração da infração atribuída, de forma a identificar o responsável principal pelo fato, convocando-o para pagamento dos valores ou ressarcimento posterior, de forma administrativa ou via ação de regresso.

Art. 29. As notas fiscais deverão ser atestadas pelo empregado responsável pela fiscalização e verificação do cumprimento do objeto do contrato.

Art. 30. Os contratos devem conter cláusulas com sanções a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato bem como aos demais casos de descumprimento da relação contratual, sujeitando o contratado à multa de mora.

§1º A multa a que alude este artigo não impede que o INSTITUTO TRANSFORMAR rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas no Contrato.

§2º A multa aplicada sempre será precedida de notificação à contratada para apresentar suas justificativas, e será descontada/glosada do valor do pagamento.

§3º Se a multa for de valor superior ao valor do pagamento, INSTITUTO TRANSFORMAR poderá se valer de todos os meios lícitos para cobrar e executar a dívida.

Capítulo IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Este Regulamento de Contratação e Compras é válido para todas as contratações realizadas pelo INSTITUTO TRANSFORMAR no âmbito do Estado do Maranhão.

Art. 32. Os casos omissos que não importe em modificações do presente regulamento, serão resolvidos por ato da Diretoria.

Art. 33. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todos os demais Regulamentos anteriores a esse.

São Luís, 16 de Janeiro de 2023.